



MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Secretaria de
Transformação Digital



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO



PRODERJ

CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO
E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Acordo de Cooperação Técnica Nº

Processo nº SEI-430001/002087/2024

Unidade Gestora: [GABSEC]

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE
ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE
ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL
DO RIO DE JANEIRO, O CENTRO DE
TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO E O LABORATÓRIO INOVA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO
DE JANEIRO, PARA OS FINS QUE
ESPECIFICA.**

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, doravante denominada SETD, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 50.046.958/0001-91, com sede na Rua da Conceição, n.º 69, 25º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20051-011, neste ato representado por seu Secretário, **Fernando Braga Martins**, portador da carteira de identidade n.º 17672, expedida por CBMERJ, CPF n.º 035.121.177-24, o CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, autarquia estadual doravante denominada PRODERJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 30.121.578/0001-67 e com sede na Rua da Conceição, n.º 69, andares 24º e 25º, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20071-004, neste ato representada por seu Presidente, **Flávio Sebastião Rodrigues da Silva**, portador da cédula de identidade n.º 5221234 expedida pela Marinha do Brasil, inscrito no CPF/MF sob n.º 000.803.557-14, e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, doravante denominado MPRJ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 28.305.936/0001-40, com sede na Avenida Marechal Câmara n.º 370, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20020-080, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Antonio José Campos Moreira**, CPF n.º 867.698.047-00, por meio do seu Laboratório de Inovação, daqui por diante designado INOVA_MPRJ, **RESOLVEM** celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (ACT)**, em observância às disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, no que couber, do Decreto Estadual n.º 44.879/2014, que estabelece os procedimentos a serem adotados na celebração de convênios e congêneres, bem como, pelo Decreto Estadual n.º 3.149/1980, que regulamentou o Título XI do Código de Administração Financeira de Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, aprovado pela Lei Estadual n.º 287/1979, conforme as Legislações específicas aplicáveis, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente Acordo tem por objeto a conjugação de esforços entre os **PARTÍCIPIES** para o aprimoramento de processos de inovação, transformação digital e eficiência de serviços públicos, por meio da identificação e publicação de desafios de inovação aberta; criação e aprimoramento de sistemas em desenvolvimento; compartilhamento e integração de dados; e elaboração de atividades relacionadas aos processos mencionados anteriormente.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO**

2.1. Integra este Acordo o Plano de Trabalho (Anexo II) assinado pelas partes, do qual consta a definição de ações norteadoras que guiarão a execução do ajuste, a serem detalhadas em Planos de Trabalho específicos após concordância dos **PARTÍCIPIES** e anexados formalmente em processo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

2.2. Este Plano de Trabalho é parte indissociável deste Acordo de Cooperação Técnica, bem como, toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados contidos acatam os **PARTÍCIPIES**.

2.3. Justifica-se a celebração deste Acordo com o intuito de contribuir com a consecução das competências institucionais e normativas dos **PARTÍCIPIES**, aprimorando a eficiência e efetividade das políticas públicas.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

3.1. Este Acordo terá eficácia a partir da data de sua publicação e vigência por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, por meio de concordância entre as Partes, sendo necessário o registro em processo específico e único, no Sistema Eletrônico de Informações do Rio de Janeiro (SEI-RJ).

4. **CLÁUSULA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO**

4.1. Os **PARTÍCIPIES** designarão formalmente, mediante Processo Eletrônico no SEI, no prazo de até 30 (trinta) dias após a celebração deste Ato, servidores envolvidos e responsáveis pela execução e monitoramento deste Acordo e do Plano de Trabalho, sem aumento de despesas para seus Órgãos.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS HUMANOS, FINANCEIROS E MATERIAIS**

5.1. O presente Acordo não importa repasse financeiro a qualquer título entre os **PARTÍCIPIES**.

§ 1º - As atividades constantes do presente Acordo serão custeadas com recursos orçamentários próprios de cada **PARTÍCIPE** para suas atividades naturais e regulares e que se relacionem estritamente com os objetos e propósitos deste Acordo.

§ 2º - As atividades não implicarão cessão de servidores, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no Acordo e por prazo determinado.

§ 3º - Não se estabelecerá, por conta do presente Acordo, nenhum vínculo de natureza trabalhista, funcional ou securitária entre os **PARTÍCIPIES**, ou com seus servidores/funcionários.

§ 4º - Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos **PARTÍCIPIES**, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro **PARTÍCIPE**.

§ 5º - A completa ausência de responsabilidade do concedente por obrigações civis, trabalhistas, tributárias, comerciais, previdenciárias e assistenciais (direta, solidária e/ou subsidiariamente) decorrentes de atos e obrigações assumidas por agentes das entidades privadas e/ou públicas que celebrarem o acordo, conforme art. 13 *caput* e §1º, alínea "w" do Decreto Estadual nº 44.879/2014.

6. **CLÁUSULA SEXTA – DAS AÇÕES DE DIVULGAÇÃO**

6.1. Em qualquer ação de divulgação relacionada com o objeto do presente Acordo será obrigatoriamente destacada a colaboração dos **PARTÍCIPIES**, com inclusão do respectivo logotipo oficial de cada parte, observado o disposto no art. 37, §1º, da Constituição Federal, vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que, de alguma forma, descaracterizem o interesse público e se confundam com promoção de natureza pessoal e de agentes públicos.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

7.1. Conforme disposto no **ANEXO I** (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) deste Acordo de Cooperação Técnica.

8. **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS**

- 8.1. Observar as diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- 8.2. Observar as diretrizes do Decreto Estadual nº 44.879/2014, naquilo que couber;
- 8.3. Designar representantes institucionais incumbidos de representar e coordenar a execução deste Acordo, conforme **CLÁUSULA QUARTA**;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste Acordo;
- 8.5. Cumprir as atribuições próprias conforme definido neste instrumento, respeitadas suas competências;
- 8.6. Fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
- 8.7. Obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso;
- 8.8. Observar os deveres previstos na Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste Acordo;
- 8.9. Ajustar quando necessário as metas deste Acordo, em prol da efetividade do Plano de Trabalho;
- 8.10. Zelar por seu fiel cumprimento: organizando, articulando e acompanhando as ações que serão tomadas para a efetividade deste Acordo;
- 8.11. Oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, necessárias à execução do Plano de Trabalho; e
- 8.12. Permitir o livre acesso de servidores dos órgãos ou entidades concedentes e do controle interno estadual do Poder Executivo estadual, bem como, da respectiva corte de contas estadual, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

9. **CLÁUSULA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

- 9.1. Aplica-se à execução deste Acordo o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.
- 9.2. Aplica-se à execução deste Acordo o disposto no Decreto Estadual nº 44.879/2014, que estabelece os procedimentos a serem adotados na celebração de convênios e congêneres.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

- 10.1. Todos os dados, técnicas, tecnologia, *know-how*, marcas, patentes e quaisquer outros bens ou direitos de propriedade intelectual de um **PARTÍCIPE**, que este venha a utilizar ou ter acesso em função da execução do Plano de Trabalho, continuarão a ser de sua propriedade exclusiva, não podendo o outro **PARTÍCIPE** cedê-los, transferi-los, aliená-los, divulgá-los ou empregá-los em quaisquer outros projetos ou sob qualquer outra forma sem o prévio consentimento escrito do seu proprietário.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONFORMIDADE**

- 11.1. Os **PARTÍCIPE**S deverão tomar todas as medidas necessárias, observados os princípios da integridade pública, a fim de assegurar que seus gestores, diretores, empregados, bem como, qualquer agente atuando em seu nome, inclusive prepostos e subcontratados (designados como “parte relacionada”), quando houver, obedecerão às leis aplicáveis, incluindo àquelas relativas ao combate à corrupção, ao suborno e lavagem de dinheiro, bem como, àquelas relativas a sanções econômicas, vigentes nas jurisdições nas quais os **PARTÍCIPE**S estão constituídos e na jurisdição onde o Acordo será cumprido (se diferentes), para impedir qualquer atividade fraudulenta por si ou por uma Parte Relacionada atinente ao cumprimento deste Acordo;

11.2. Os **PARTÍCIPIES** deverão notificar imediatamente ao outro integrante sobre eventual suspeita de qualquer indício ou suspeita de possível fraude que tenha ocorrido, esteja ocorrendo, ou provavelmente ocorrerá, para serem tomadas as medidas necessárias para apurá-las;

11.3. Os **PARTÍCIPIES** obrigam-se a observar rigidamente as condições contidas neste instrumento, sob pena de imediata e justificada rescisão do vínculo deste Acordo; e

11.4. Os **PARTÍCIPIES** declaram-se cientes de que seus departamentos jurídicos estão autorizados, em caso de práticas que atentem contra os preceitos dessa cláusula, a solicitar a imediata abertura dos procedimentos criminais, cíveis e administrativos cabíveis a cada hipótese:

- a) Os **PARTÍCIPIES** não poderão, em hipótese alguma, dar ou oferecer nenhum tipo de presente, viagens, vantagens a qualquer empregado, servidor, preposto ou diretor de outro **PARTÍCIPE**, especialmente, àqueles responsáveis pela fiscalização do presente Acordo;
- b) Os **PARTÍCIPIES** somente poderão representar mutualmente perante órgãos públicos quando devidamente autorizados para tal, seja no corpo do próprio Acordo, seja mediante autorização prévia, expressa e escrita de seu representante com poderes para assim proceder;
- c) Os **PARTÍCIPIES** e seus prepostos, quando agirem em nome ou defendendo interesses deste Acordo perante órgãos, autoridades ou agentes públicos, não poderão dar, receber ou oferecer quaisquer presentes, vantagens ou favores a agentes públicos, sobretudo no intuito de obter qualquer tipo de favorecimento para os **PARTÍCIPIES**;
- d) Os **PARTÍCIPIES**, quando agirem em nome ou defendendo seus interesses, não poderão fornecer informações sigilosas a terceiros ou a agentes públicos, mesmo que isso venha a facilitar, de alguma forma, o cumprimento deste Acordo; e
- e) Os **PARTÍCIPIES**, ao tomar conhecimento de que algum de seus prepostos descumpriram as premissas e obrigações acima pactuadas, denunciarão espontaneamente o fato, de forma que, juntas, elaborem e executem um plano de ação para: afastar o preposto imediatamente; evitar que tais atos se repitam; e garantir que o Acordo tenha condições de continuar vigente.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1. A publicação do extrato do presente Acordo, no prazo de até 20 (vinte) dias da sua assinatura, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, é de responsabilidade dos **PARTÍCIPIES**, sendo esta condição indispensável para sua eficácia.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1. Este instrumento poderá ser alterado, por mútuo entendimento entre os **PARTÍCIPIES**, durante a sua vigência, mediante Termo Aditivo, exceto no tocante ao seu objeto.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos no presente instrumento serão resolvidos de comum acordo entre os **PARTÍCIPIES**, podendo ser firmado, se necessário, Termo Aditivo, exceto no tocante ao seu objeto.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ENCERRAMENTO

15.1. O presente Acordo de Cooperação Técnica será extinto:

- I) por advento do termo final, sem que os **PARTÍCIPIES** tenham até então firmado aditivo para renová-lo;
- II) por solicitação devidamente motivada de qualquer dos **PARTÍCIPIES**, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- III) por consenso dos **PARTÍCIPIES** antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; ou IV) por rescisão.

Parágrafo Único. Se na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, as partes firmarão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que, unilateralmente, por um dos **PARTÍCIPIES**.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL**

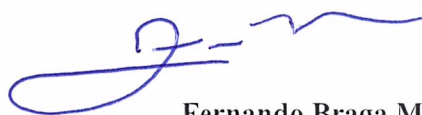
16.1. É facultado aos **PARTÍCIPIES** promover o distrato do presente Acordo, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral por iniciativa de qualquer deles, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, restando para cada qual, tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

17.1. Para dirimir questões oriundas do presente Acordo, não resolvidas pela via administrativa, será competente o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital.

17.2. E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Acordo, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, após lido e achado conforme.

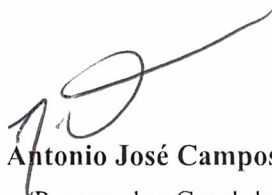
Rio de Janeiro, 24 de Março de 2025.



Fernando Braga Martins

Secretário de Estado

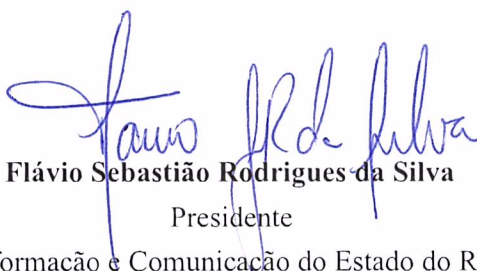
Secretaria de Estado de Transformação Digital - SETD



Antonio José Campos Moreira

Procurador-Geral de Justiça

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MP RJ



Flávio Sebastião Rodrigues da Silva

Presidente

Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ

ANEXO I

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

1. Para fins do disposto, o referido Acordo de Cooperação Técnica (ACT) tem como objetivo referendar o tratamento de dados pessoais estabelecido previamente entre a SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (SETD), o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e o CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PRODERJ). O propósito é fortalecer a colaboração entre as partes por meio da identificação e publicação de desafios de inovação aberta; criação e aprimoramento de sistemas em desenvolvimento; compartilhamento e integração de dados; e elaboração de atividades diversas ligadas à inovação, incluindo a elaboração e disponibilização de produtos de inteligência de dados, como *dashboards* e relatórios. Tudo isso visa promover uma tomada de decisão embasada em dados e aprimorar as políticas públicas, para o aprimoramento de processos de inovação, transformação digital e eficiência de serviços públicos. Todas as atividades serão conduzidas em estrita conformidade com inciso III do art. 7º da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e o Decreto Estadual nº 48.891/2024.
2. Dada a natureza do presente Acordo de Cooperação Técnica, em relação à especificação dos dados pessoais, serão utilizados apenas os dados estritamente necessários para sua execução. Esses dados, sujeitos a operações de tratamento, serão definidos posteriormente, conforme as exigências das atividades acordadas e os planos de trabalho específicos a serem celebrados, nos termos da Cláusula Segunda da minuta do Acordo. A coleta e o tratamento dos dados ocorrerão conforme necessário e em conformidade com os princípios estabelecidos pela LGPD.
3. Para os fins dispostos na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD) e na Lei Federal nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), os **PARTÍCIPIES**, em comum acordo, se comprometem a manter política de conformidade junto ao seu quadro de servidores/empregados, notadamente em relação àqueles que terão acesso a dados pessoais gerais e dados pessoais sensíveis de terceiros que são ou que venham a ser custodiados, em razão do desempenho das atribuições a serem executadas por força do presente Acordo, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
4. Os **PARTÍCIPIES** se obrigam a manter a confidencialidade sobre os dados e informações sigilosas – assim consideradas as protegidas por sigilo legal e cuja restrição de acesso esteja prevista nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 e da LGPD –, eventualmente, compartilhadas na vigência do Acordo, vedada sua comunicação a terceiros, seja direta ou indiretamente, sob pena de responsabilização por violação de sigilo legal, conforme normas aplicáveis.
5. As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
6. É vedado o uso das informações, dados e/ou base de dados a que se tenha acesso em função do presente instrumento para fins distintos ao cumprimento de seu objeto, ressalvados o cumprimento de ordens ou requisições de órgãos de controle, de decisões judiciais ou de outras obrigações legais, bem como, as hipóteses de exclusão da aplicabilidade da LGPD.
7. Os dados pessoais obtidos a partir deste Acordo serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, sendo permitida a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.
8. Os **PARTÍCIPIES** ficam obrigados a comunicar, em até 2 (dois) dias úteis do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição,

perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como, adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

9. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
10. O tratamento dos dados pessoais terá caráter contínuo durante a vigência do Acordo, cessando apenas na hipótese de eliminação dos produtos de dados desenvolvidos no âmbito do mesmo.
11. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever dos **PARTÍCIPIES** do referido acordo de cooperação eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
12. É dever dos **PARTÍCIPIES** do referido acordo de cooperação orientar e treinar seus servidores/empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
13. Os **PARTÍCIPIES** do referido acordo de cooperação deverão exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsáveis por garantir sua observância.
14. Os **PARTÍCIPIES** do referido acordo de cooperação poderão realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula de LGPD, devendo atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
15. Bancos de dados formados a partir do referido acordo, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
16. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelos **PARTÍCIPIES** do referido acordo de cooperação nas hipóteses previstas na LGPD.
17. O presente Acordo de Cooperação Técnica está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
18. Competirá a cada **PARTÍCIPE**, em caso de ocorrência de incidente que envolva dados pessoais, comunicar, imediatamente, à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), informando, no mínimo:
 - a) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
 - b) as informações sobre os titulares envolvidos;
 - c) a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
 - d) os riscos relacionados ao incidente;
 - e) os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e
 - f) as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.
19. Os **PARTÍCIPIES** são responsáveis pela implementação das medidas de prevenção e segurança conforme estabelecido na LGPD. O não cumprimento dessas medidas pode acarretar em sanções conforme previsto no art. 42 da LGPD.
20. Competirá aos **PARTÍCIPIES** prover os mecanismos de segurança e prevenção, quando necessário, no âmbito de sua atuação, conforme previsto nos artigos 6º, inciso VII e 46 da LGPD. Tais mecanismos, técnicos e administrativos, visam proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, bem como, contra situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
21. Para assegurar a segurança dos dados necessários à execução deste instrumento, serão implementados procedimentos e controles adequados, tais como, autenticação, criptografia, detecção de intrusões e

prevenção de vazamento de informações. O acesso aos dados será gerenciado por meio de perfis de acesso, garantindo que cada usuário tenha acesso apenas aos dados estritamente necessários para suas atividades. Além disso, será utilizada uma solução capaz de registrar todas as movimentações dos dados, proporcionando rastreabilidade completa. Para uma proteção abrangente, os envolvidos devem empregar camadas de segurança conforme necessário.

ANEXO II

PLANO DE TRABALHO

1. APRESENTAÇÃO

1.1 - Plano de Trabalho vinculado ao Acordo de Cooperação Técnica (ACT) que entre si celebram a **Secretaria de Estado de Transformação Digital (SETD)**, o **Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (PRODERJ)** e o **Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ)**, para a conjugação de esforços voltados a: identificação e publicação de desafios de inovação aberta; criação e aprimoramento de sistemas em desenvolvimento; compartilhamento e integração de dados; e elaboração de atividades relacionadas aos processos mencionados anteriormente.

2. CONTEXTO

2.1 - O MPRJ, por meio de seu Laboratório de Inovação (INOVA_MPRJ), está dando início à execução de seu primeiro Contrato Público de Solução Inovadora (CPSI), instrumento criado pela Lei Complementar Federal n.º 182/2021. O objeto do ajuste é a contratação de *startups* interessadas na construção de soluções digitais voltadas à superação de desafios relacionados às atividades-meio e fim do MPRJ.

2.2 - Um dos desafios envolve a criação de um sistema voltado ao monitoramento, avaliação e controle interinstitucional de políticas públicas. A ideia é que esse sistema seja construído de modo a privilegiar a atuação preventiva e estimular a interoperabilidade, o intercâmbio e a padronização de dados estratégicos para o monitoramento conjunto, assim como, o aperfeiçoamento da comunicação entre órgãos de gestão e de controle interno e externo.

2.3 - Desse modo, o sucesso do sistema é de interesse tanto dos gestores do Executivo Estadual e Municipal, quanto do Ministério Público. O sucesso da iniciativa está diretamente relacionado ao compartilhamento de inteligência e articulação de informações que subsidiarão a criação do sistema (como os indicadores e dados que serão selecionados para monitoramento conjunto).

2.4 - Organizar essas informações é uma tarefa complexa, considerando a amplitude de temas que podem ser selecionados, além das diversas camadas de análise e cruzamento de dados possíveis - dados esses majoritariamente custodiados pelo Executivo. Outro desafio para o sucesso da iniciativa também é o grau de padronização e disponibilidade de dados em relação aos diferentes equipamentos e serviços que compõem as políticas públicas do Rio de Janeiro e seus municípios.

2.5 - Conforme diálogos mantidos com o INOVA_MPRJ, a SETD-RJ demonstrou interesse em realizar contratações de inovação e aproximação com ambiente de *startups* – caminho já trilhado pelo Laboratório. Assim, essa pode ser uma oportunidade de colaboração com o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo INOVA_MPRJ. Além disso, a SETD-RJ está desenvolvendo o Programa RJDigital, cujo objetivo é

promover a transformação digital do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) em diferentes setores, e apoiar municípios parceiros nesse processo.

2.6 - A conjugação de esforços e expertises entre SETD-RJ, PRODERJ, e INOVA_MPRJ, no desenvolvimento e contratação de soluções inovadoras, permitirá a identificação de novos desafios de interesse mútuo entre o Estado do Rio de Janeiro e o MPRJ, incluindo, por exemplo, possíveis concursos compartilhados de modelos de inteligência artificial.

3. EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

3.1 - As ações norteadoras indicadas abaixo serão detalhadas em Planos de Trabalho específicos, contendo seus respectivos prazos, entregáveis e responsáveis definidos, mediante acordo entre os **PARTÍCIDES**. Após aprovação, os documentos serão anexados formalmente no Processo SEI-RJ para monitoramento, juntamente com relatórios de andamento e entregas.

4. INICIATIVAS

| Dimensão | Ações | [1] Prazo |
|--|--|--------------|
| | | |
| Identificação e lançamento de desafios de inovação aberta | Levantamento e priorização de desafios públicos por meio de pesquisas quantitativas, qualitativas e condução de oficinas | Médio prazo |
| | Construção de estratégia para definição de instrumentos de contratação adequados a cada desafio | Curto prazo |
| | Construção de estratégia para publicação de desafios de inteligência artificial e/ou competições de inovação aberta | Longo prazo |
| | Estabelecimento de parcerias com universidades e centros de pesquisa para enriquecer a definição dos desafios | Médio prazo |
| | Apoio na criação de portal de desafios públicos do RJ, incluindo desafios compartilhados | Longo prazo |
| Aprimoramento do sistema de avaliação, monitoramento e controle em desenvolvimento | Realização de atividades conjuntas para identificação de requisitos técnicos e novas funcionalidades para o sistema | Curto prazo |
| | Testes conjuntos para avaliação de funcionalidades e usabilidade | Curto prazo |
| | Intercâmbio de conjuntos de dados necessários ao funcionamento e enriquecimento da solução | Médio prazo |

Interoperabilidade e padronização de dados

Criação conjunta de estratégia para interoperabilidade e padronização de dados entre diferentes sistemas de gestão e controle

Médio prazo

Disponibilização de dados em padrões abertos, interoperáveis e legíveis por máquina

Médio prazo

Realização de projetos piloto para testar a interoperabilidade de sistemas em ambientes controlados

Médio prazo

Elaboração de atividades voltadas para divulgação da parceria e de resultados alcançados para transparência e participação pública

Desenvolvimento de estratégia de comunicação integrada para divulgação das iniciativas e resultados alcançados

Curto prazo

Realização de eventos de divulgação, como seminários e *webinars*, para compartilhamento dos avanços e de novos desafios

Longo prazo

Promoção de ações de transparência e acesso à informação para o público geral

Longo prazo



[1]

Curto prazo: até 4 (quatro) meses após assinatura do Acordo; Médio prazo: até 8 (oito) meses após assinatura do Acordo; Longo prazo: até 12 (doze) meses após assinatura do Acordo.

